

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA MILITAR



RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES E MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA 1ª INSTÂNCIA

ANO-BASE 2018

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA MILITAR DE MINAS GERAIS

Corregedor: *Juiz Jadir Silva*

Secretária da Corregedoria: *Flávia Imaculada Chaves Diniz*

Coordenadora de Serviço: *Gislene Amarante Cunha*

AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

Juízes Titulares

<i>Marcelo Adriano Menacho dos Anjos</i>	1ª AJME
<i>Paulo Tadeu Rodrigues Rosa</i>	2ª AJME
<i>Daniela de Freitas Marques</i>	3ª AJME

Juízes Substitutos

<i>Paulo Eduardo Andrade Reis</i>	Cooperador na 1ª AJME
<i>João Libério da Cunha</i>	Cooperador na 2ª AJME
<i>André de Mourão Motta</i>	Cooperador na 3ª AJME

Escrivães Judiciais

<i>Izabela Magalhães de Pinho Tavares</i>	1ª AJME
<i>Raquel de Oliveira C. Silva</i>	2ª AJME
<i>Ana Carolina de Mattos Fernandes</i>	3ª AJME

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
ATIVIDADES MAIS RELEVANTES DA CORREGEDORIA.....	02
METAS NACIONAIS APLICÁVEIS À JUSTIÇA MILITAR.....	07
CONSIDERAÇÕES ACERCA DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL.....	10
ACERVO PROCESSUAL DA PRIMEIRA INSTÂNCIA AO FINAL DE 2017	12
FEITOS DISTRIBUÍDOS NA PRIMEIRA INSTÂNCIA EM 2018	13

MATÉRIA CRIMINAL

DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS CRIMINAIS	14
FASE PROCESSUAL.....	15
APLICAÇÃO DA LEI 9.099/95.....	16
PRINCIPAIS ASSUNTOS DAS DENÚNCIAS.....	17
FEITOS CRIMINAIS SOLUCIONADOS DURANTE O ANO DE 2018.....	18
DURAÇÃO DO PROCESSO – TEMPO DE TRAMITAÇÃO DOS FEITOS JULGADOS.....	19

MATÉRIA CÍVEL

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DURANTE O ANO DE 2018.....	20
--	----

HISTÓRICO DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

HISTÓRICO DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL (2014 A 2018)	21
--	----

INTRODUÇÃO

O presente relatório visa apresentar, nos termos do artigo 27, inciso XXVII do Regimento Interno, as atividades da Corregedoria da Justiça Militar de Minas Gerais e os trabalhos dos Conselhos de Justiça e das Auditorias, no ano de 2018 e nos três primeiros meses de 2019, de modo a demonstrar, de forma transparente, a atuação da Corregedoria como órgão de controle da atividade disciplinar e com a incumbência de zelar pelo bom desempenho da atividade judiciária militar mineira.

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA MILITAR DE MINAS GERAIS

Competência: *Órgão de orientação, fiscalização e correição dos serviços judiciários de 1º grau e de controle da Polícia Judiciária Militar, com atribuições em todo o território do Estado de Minas Gerais.*

Missão: *Orientar, fiscalizar e corrigir os serviços judiciais da Primeira Instância e controlar o trabalho da Polícia Judiciária Militar, atuando de forma proativa, eficiente, imparcial, transparente e eficaz, visando ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e contribuindo para a efetividade da Missão da Justiça Militar Estadual - JME.*

Visão: *Ser órgão reconhecido, pelo público interno e externo, pela excelência de sua atuação na orientação, fiscalização e correição da Primeira Instância da JME e no controle da Polícia Judiciária Militar.*

ATIVIDADES MAIS RELEVANTES DESENVOLVIDAS PELA CORREGEDORIA EM 2018

* Realização de correição extraordinária parcial.

Em atendimento à determinação do Conselho Nacional de Justiça de realizar, anualmente, correição em pelo menos 30% das unidades jurisdicionais da Primeira Instância, a Corregedoria procedeu à correição extraordinária parcial nos serviços judiciários da 3ª Auditoria de Justiça Militar. Ao final dos trabalhos de correição, foi elaborado relatório circunstanciado, no qual se expõem os procedimentos adotados antes e durante a correição, o quantitativo de processos e outros feitos vistoriados, as principais falhas, vícios e pontos de estrangulamento do escoamento natural dos serviços forense detectados.

Em cumprimento ao disposto no art. 27, II, do Regimento Interno do TJMMG, foi realizada ainda correição em 692 feitos criminais em tramitação incluindo processos suspensos e em execução da pena, inquéritos policiais militares e outros procedimentos investigatórios mandados arquivar pelos magistrados do primeiro grau.

* Acompanhamento das Correições Ordinárias realizadas nas três Auditorias.

A Corregedoria acompanhou e orientou os trabalhos de correição ordinária realizados pelas três auditorias, no segundo semestre de 2018.

* Orientação e apoio aos usuários do Processo Judicial Eletrônico-PJE, Sistema Eletrônico de Execução Unificado-SEEU, Banco Nacional de Monitoramento de Prisões versão 2.0-BNMP2.0, e-Proc, na Primeira Instância

A Corregedoria continuou realizando um constante apoio e suporte a todos os usuários dos sistemas referidos, mediante atendimento eletrônico, telefônico ou presencial.

* Levantamento dos feitos incluídos nas Metas 1, 2 e 4 – 2018 do CNJ na Primeira Instância, e acompanhamento do cumprimento dessas metas.

Em cumprimento a uma de suas atribuições, tendo como instrumento os relatórios emitidos pelo SINGEP e PJE, compartilhadas com as auditorias, a Corregedoria procedeu ao levantamento inicial dos processos da Primeira Instância que se incluíam nos requisitos das metas 1, 2 e 4 de 2018; esse primeiro levantamento foi repassado às escritas responsáveis pelas três auditorias, para conferência, detecção de eventuais inconsistências e alterações necessárias. De posse dos dados conferidos e

confirmados, a Corregedoria foi responsável por repassá-los ao Núcleo de Gestão Estratégica - NEGE do TJMMG, para análise e posterior alimentação do respectivo sistema informatizado do CNJ. Durante todo o ano de 2018, mensalmente, a Corregedoria acompanhou o cumprimento dessas metas junto às auditorias, controlando a tramitação dos processos, os prazos de julgamento e compilando os dados necessários para as informações ao CNJ, em cumprimento ao determinado na Meta 5 do CNJ, que é fiscalizar 100% das Metas Nacionais do CNJ relativas à Primeira Instância.

* Informatização dos relatórios das Metas 1, 2 e 4 do CNJ:

Durante o ano de 2018 foi feita a parametrização das Metas 1, 2 e 4 para agilizar a realização dos relatórios de dados via sistemas, dispensando o uso de controles manuais, como, por exemplo, planilhas de Excel.

* Levantamento de Justiça em Números – CNJ 2018 (Anexo I e II) na Primeira Instância,

A Corregedoria informa periodicamente os dados dos Anexos I e II, ambos referentes à produtividade das auditorias e magistrados, que servem como base para ao CNJ construir indicadores e possibilitar análises essenciais para subsidiar a Gestão Judiciária brasileira.

* Levantamento dos feitos incluídos na Meta Específica da Justiça Militar,

Foi também responsabilidade da Corregedoria, o levantamento dos processos incluídos na Meta Específica do segmento da Justiça Militar para 2018, que consiste no julgamento no 1º grau, em até 150 dias, de 90% dos processos originários e recursos, ambos cíveis e criminais. Coube ainda à Corregedoria o acompanhamento do cumprimento da Meta Específica e a remessa ao NEGE dos dados levantados quadrimestralmente.

* Arquivos – arquivamento e desarquivamento (empréstimo) de autos.

A Coordenadoria de Serviço da Corregedoria, responsável pelo setor de Arquivo Judicial da Justiça Militar, atendeu, em 2018, um total aproximado de 2417 solicitações de empréstimos de feitos arquivados. Importa ressaltar que essas solicitações, oriundas de advogados, das secretarias de juízo da Primeira Instância, do Ministério Público, de magistrados da Justiça comum e das instituições militares, são feitas pessoalmente, por ofício, correio eletrônico ou pelo Painel Administrativo da PMMG.

E mais, foram recebidos das três auditorias e da Gerência Judiciária, um total de 1885 feitos para serem arquivados, os quais, após registro no sistema informatizado, foram armazenados em 416 caixas-boxes.

** Organização de planilhas com a relação dos oficiais militares aptos ao sorteio dos conselhos de justiça e à participação no curso de adaptação à Justiça Militar*

A organização do curso de adaptação à Justiça Militar passou, a partir de dezembro de 2015, a ser de responsabilidade da Escola Judiciária Militar, cabendo à Corregedoria solicitar às instituições militares a relação dos oficiais e organização das listas para sorteio, pelas Auditorias, daqueles que irão participar do curso. Compete à Corregedoria e compilação das relações de nomes enviadas pelas unidades militares, com informações de algum impedimento dos militares, e disponibilização das relações às auditorias para que procedam aos sorteios determinados em lei.

** Reuniões periódicas com escrivães.*

Com vistas à manutenção da prestação de serviços com qualidade, realizando a contento uma das principais funções da Corregedoria, que é a orientação, deu-se continuidade, em 2018, às reuniões com as escrivãs responsáveis pelas três auditorias, reuniões essas em que são debatidos assuntos acerca dos trabalhos das secretarias de juízo, padronização de procedimentos, melhoria no sistema informatizado e outros mais, para o aprimoramento dos trabalhos cartorários.

** Implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU*

Por meio da Portaria Conjunta nº2 /PR-T, assinada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e o Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais (TJMMG), foi acordada a adoção do Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU por esta Justiça Especializada.

Nesse contexto, coube à Corregedoria

- 1. acompanhar e auxiliar a digitalização das peças processuais, ação necessária para a implantação dos processos de execução;*
- 2. organizar as atividades de capacitação de todos os atores do processo: magistrados, servidores, promotores de justiça, defensores públicos, advogados e agentes externos;*
- 3. realizar interlocução com a Corregedoria – TJMG para o envio de declarações e dados pessoais para disponibilização de acesso aos usuários ao SEEU, bem como para sanar dúvidas quanto à operacionalização do sistema;*

4. *oferecer apoio e orientação aos usuários quanto à utilização da plataforma.*

* Parametrização e implantação do sistema eletrônico para tramitação de processos criminais (e-Proc)

Por meio da Resolução nº 193/2018, foi regulamentada a implantação e o funcionamento do Sistema e-Proc na Justiça Militar do Estado de Minas Gerais para o processamento de informações e a prática de atos processuais, que contou com a participação de servidores da Corregedoria nas seguintes ações:

- 1- *Parametrização do sistema e-Proc de acordo com os processos de trabalho das Auditorias da Justiça Militar de MG;*
- 2- *Levantamento de informações e modelos de documentos utilizados no trâmite processual na Primeira Instância;*
- 3- *Troca de informações com militares da Corregedoria da PM e do BM para alinhar os trabalhos, tendo em vista que estas instituições também irão utilizar o e-Proc;*
- 4- *Interlocução com a equipe de TI do TRF-4, responsáveis pelo desenvolvimento do sistema; bem como viodeoconferência com os Tribunais de Justiça Militar de São Paulo e do Rio Grande do Sul;*
- 5- *Teste das funcionalidades do sistema e providências das adequações necessárias;*
- 6- *Elaboração do cronograma, conteúdo e promoção da capacitação dos usuários externos e internos do sistema.*

* Expedição dos seguintes atos normativos e seus respectivos objetos:

Durante o ano de 2018, a Corregedoria realizou levantamento de dados, estudos e discussões com magistrados, servidores, acerca de assuntos de suma relevância para a otimização dos trabalhos das unidades de juízo e para a melhoria da prestação jurisdicional. Foram expedidos os seguintes atos:

- > Instrução CJM n. 2, de 18 de julho de 2018 – Recomendação aos juizes de direito do juízo militar que as comunicações dos atos normativos e processuais, além de documentos oficiais entre a Justiça Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais sejam realizadas pelo email institucional. Essa instrução visa uma prestação jurisdicional mais célere.*

Foram expedidas, em 2018, 94 (noventa e quatro) portarias relacionadas ao âmbito de atuação do Corregedor, na Primeira Instância.

* Levantamento das armas apreendidas da PMMG à disposição da Justiça:

Por meio do SEI nº 18.0.00000746-0, a Corregedoria realizou a pesquisa no sistema informatizado de gerenciamento de processos (SINGEP), a identificação de todos os processos em que foram cadastradas armas apreendidas distinguindo os que estão em tramitação dos que estão encerrados, identificando ainda o destino dos processos encerrados, ou seja, se foram remetidos para o Arquivo da Corregedoria ou para a Justiça Comum, e neste último caso para qual comarca, além disso, se as armas foram restituídas nos processos encerrados e arquivados na Justiça Militar.

* Acompanhamento das atividades feitas pela equipe de Gestão Documental:

A partir de julho de 2018, com a nova equipe da Gestão Documental a Corregedoria ficou responsável pelo apoio, suporte e acompanhamento de todas as atividades do referido setor.

**APRESENTAÇÃO DAS ATIVIDADES JURISDICIONAIS DOS ÓRGÃOS
DA PRIMEIRA INSTÂNCIA**

METAS NACIONAIS APLICÁVEIS À JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

Meta 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente (2018).

Porcentagem de cumprimento: **90,73%**

MÊS	P 1.1	P 1.2	P 1.3	P 1.4	P 1.5	P 1.6
	Cíveis distribuídos	Criminais distribuídos	Cíveis julgados	Criminais julgados	Cancelamento distrib. cíveis/ remessa outra Justiça	Cancelamento distrib. criminais/ remessa outra Justiça
JAN	10	26	21	23	0	0
FEV	19	26	8	42	2	0
MAR	22	23	20	33	2	0
ABR	20	40	23	26	2	0
MAI	18	26	29	30	3	0
JUN	19	40	19	27	1	0
JUL	15	28	19	25	0	0
AGO	17	34	16	36	1	0
SET	8	27	22	20	0	0
OUT	10	28	5	18	0	0
NOV	19	13	11	14	4	1
DEZ	11	25	13	9	0	1
TOTAL	188	336	206	303	15	2

Meta 2 – Identificar e julgar, até 31/12/2018, pelo menos 95% dos processos distribuídos até 31/12/2016.

Porcentagem de julgamento: **87,42%**

Porcentagem de cumprimento: **92,02%**

META 2 - 2018		PRIMEIRA INSTÂNCIA											
Ident.	Pergunta	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
P2.1	Processos cíveis distribuídos 2016	104											
P2.2	Processos criminais distribuídos 2016	162											
P2.3													
P2.4	Cíveis estavam suspensos e voltaram a tramitar em 2018	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
P2.5	Criminais estavam suspensos e voltaram a tramitar em 2018	1	6	5	3	4	6	4	3	6	5	10	5
OP2.6													
P2.7	Cíveis distribuídos 2016, mas suspensos em 2018	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P2.8	Criminais distribuídos 2016, mas suspensos em 2018	0	1	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0
P2.9													
P2.10	Cíveis distribuídos 2016, julgados em 2018	4	0	5	3	4	2	0	1	1	0	0	0
P2.11	Criminais distribuídos 2016, julgados em 2018	2	10	10	9	6	7	10	10	9	10	13	7
P2.12													
P2.13	Cíveis distribuídos 2016, julgados até 31/12/17	82											
P2.14	Criminais distribuídos 2016, julgados até 31/12/17	73											
P2.15													

Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa, ou seja, identificar e julgar, até 31/12/2018, 95% das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2016.

Porcentagem de cumprimento: **78,45%**

META 04- 2018

Distribuídos até 2016, excluídos os julgados em 2016 e suspensos em 2017	Distribuídos até 2016 e julgados em 2016	Distribuídos até 2016 e julgados em 2017	Entraram na meta, por saírem da suspensão Em 2018	Suspensos em 2018	Julgados em 2018	Condenações em 2018
79	17	30	27	0	49	15

Meta Específica - *Julgar, em 150 dias, 90% dos processos originários e recursos, ambos cíveis e criminais (finalidade: celeridade)*

Porcentagem de cumprimento: **73,89%**

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

Inicialmente, antes da apresentação dos dados referentes à tramitação de feitos na Primeira Instância é importante citar alguns apontamentos acerca deles.

O acervo criminal, ao final de **2018**, era no total de **2.250** em tramitação, sendo, desse total, **635** processos de conhecimento, medidas cautelares, e outros; **1.498** peças informativas (IPMs, IPs, etc.), **117** processos em fase de execução; **126** processos encontravam-se suspensos e havia **151** transações penais em curso. Nessa época, havia ainda, nas secretarias de juízo, **23** autos de instrução provisória de deserção.

- *Distribuição de IPMs e outros procedimentos investigatórios*: percebe-se que houve um aumento de 54%, em decorrência do advento da Lei n. 13.491/17, no número de inquéritos e outras peças de informação distribuídas, que passou de 1.791 em 2017, para **2.759** em 2018;

- *Denúncias recebidas*: as denúncias recebidas em 2018 foram **248**, ou seja, houve uma queda de 8,15% em comparação com o ano de 2017, que foram 270.

- *Processos criminais solucionados*: o número de processos solucionados foi de **446**, ou seja, 7,99% a mais que em 2017, que foi 413. Dentre os feitos criminais solucionados tem-se que o número de extinções da punibilidade pelo cumprimento da suspensão condicional do processo diminuiu de 83 em 2017, para **66** em 2018. Já os processos julgados, que foram 299 em 2017, aumentaram para **380**.

- *Aplicação dos institutos da Lei n. 9.099/95*: em 2018, diminuiu-se o número de suspensões condicionais de processo, que passou de 55 para **44**. Situação semelhante ocorreu com as homologações de transação penal, que tiveram uma redução de mais de 3,5%, passando de 170 em 2017, para **164** em 2018.

Em relação aos processos de matéria cível, tem-se que a Primeira Instância fechou o ano de 2018 com um acervo de **203** ações, tanto físicas quanto eletrônicas (PJe), sendo **191** processos de conhecimento e **12** de execução e cumprimento de sentença.

Com o advento da Resolução n. 193, de 1º de fevereiro de 2018, que regulamenta a implantação e o funcionamento do Sistema e-Proc na Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, para o processamento de informações e a prática de atos processuais, foram distribuídos, em 2018, 3 IPMs, sendo um em cada Auditoria.

São essas, Senhor Juiz Presidente, as informações e considerações que, na condição de Juiz Corregedor do Tribunal de Justiça Militar, tenho a apresentar.

Respeitosamente,

Belo Horizonte, 16 de abril de 2019.

Juiz Jadir Silva

Corregedor da Justiça Militar de Minas Gerais

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR**ACERVO PROCESSUAL DA PRIMEIRA INSTÂNCIA
AO FINAL DO ANO DE 2018****A- MATÉRIA CRIMINAL**

MOVIMENTO PROCESSUAL AO FINAL DO ANO DE 2018		1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Processos em tramitação (incluindo processos de conhecimento, medidas cautelares, exceções, pedidos de quebra de sigilo, insanidade mental, justificação criminal, cartas precatórias e outros)	635	270	127	238
Processos de execução em tramitação	117	48	42	27
Total de Processos em Tramitação ao final de 2018	752	318	169	265
IPMs, APFs e outros peças de informação tramitando	1.498	760	328	410
Total de feitos em tramitação ao final de 2018	2.250	1.078	497	675
Processos com suspensão processual (Lei 9.099)	126	51	36	39
Feitos com transação penal (Lei 9.099)	151	61	32	58
Feitos com benefícios da Lei nº 9.099 tramitando ao final de 2018.	277	112	68	97

B- MATÉRIA CÍVEL

MOVIMENTO PROCESSUAL AO FINAL DO ANO DE 2018		1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Processos de conhecimento em tramitação (inclusive PJE)	191	75	48	68
Processos de execução/cumprimento de sentença	12	2	0	10
Total de processos cíveis ao final de 2018	203	77	48	78

AB- MATÉRIA CRIMINAL + MATÉRIA CÍVEL

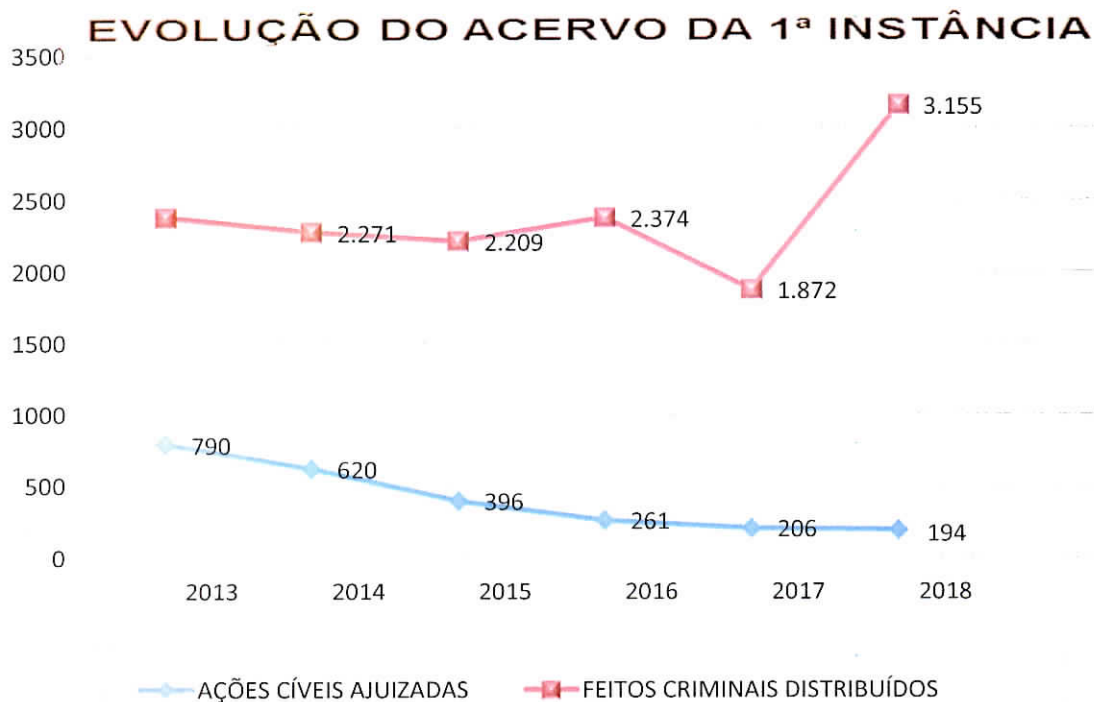
TOTAL DE FEITOS (CÍVEIS E CRIMINAIS) AO FINAL DO ANO DE 2018		1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Feitos criminais tramitando (Proc. Investigatórios + Processos+ Execução + Lei 9099)	2.250	1.078	497	675
Feitos cíveis tramitando (processos + exec. e cump. de sentença)	203	77	48	78
Total de Feitos na 1ª Instância ao final de 2018	2.453	1.155	545	753

Fonte: Pesquisa avançada SINGEP e relatório do e-Proc e PJe da GTI

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

FEITOS DISTRIBUÍDOS NA 1ª INSTÂNCIA de 01 a 31/12/2018

		1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Nº de feitos criminais distribuídos	3.155	1060	1056	1039
Nº de processos cíveis distribuídos	194	64	65	65
Total de feitos distribuídos na Justiça Militar	3.349	1.124	1.121	1.104



Fonte: Pesquisa avançada SINGEP e relatório do e-Proc e PJe da GTI

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

ANO-BASE 2018

DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS CRIMINAIS

Feitos distribuídos por classe	Total	1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Auto de Prisão em Flagrante	102	33	32	37
Inquérito Policial Militar	1.495	494	503	498
Instrução provisória de deserção	11	3	4	4
Outros procedimentos investigatórios (Representação criminal, Termo Circunstanciado, Inquerito Policial, outros)	1.264	431	425	408
Medidas cautelares (Quebras de Sigilo; Busca e Apreensão; Pedidos de Prisão; Justificação Criminal)	6	3	0	3
Medidas garantidoras (Liberd. Provisória, relaxamento de prisão)	48	17	13	18
Cartas Precatórias	18	8	4	6
Insanidade Mental do Acusado	8	5	0	3
Restauração de autos	0	0	0	0
Execução de pena/ Execução provisória	77	27	33	17
Reabilitação	2	1	1	0
Recurso em Sentido Estrito	0	0	0	0
Deserção	3	2	1	0
Ação Penal Militar	121	36	40	45
Total de feitos distribuídos no ano de 2018	3.155	1.060	1.056	1.039

CASOS NOVOS (de acordo com Glossário Justiça em Números CNJ)	373	140	103	130
---	-----	-----	-----	-----

* Determinação de arquivamento de procedimentos investigatórios em 2018	2.103	570	773	760
* Remetidos à Justiça comum sem denúncia (Incompetência da Justiça Militar em IPMs, APFs e outros proc. investigatórios)	194	49	79	66
* Processos remetidos à Justiça comum com denúncia(Incompetência da Justiça Militar)	4	2	1	1
** Denúncias oferecidas no ano	246	91	70	85
** Denúncias recebidas no ano	248	95	64	89
** Denúncias rejeitadas no ano	0	0	0	0
Total de denunciados (oficiais, praças e ex-militares)	372	154	95	123

Homologação de Transação Penal (Lei 9.099)	164	34	47	83
Número de beneficiados pela Transação penal	210	51	58	101

Autos de deserção aguardando captura ou apresentação (s/ denúncia)	22	18	2	2
--	----	----	---	---

Correição Parcial por Representação do Corregedor	0	0	0	0
---	---	---	---	---

*Obs: Os feitos arquivados e os remetidos a outro Juízo não necessariamente foram distribuídos em 2018, pois podem ter sido distribuídos em anos anteriores (acervo remanescente)

** Obs: As denúncias recebidas e as rejeitadas em 2018 não necessariamente estão inseridas naquelas que foram oferecidas nesse ano, mas podem ter sido oferecidas no ano anterior, já que o juiz tem um prazo para se manifestar sobre o oferecimento da denúncia. No mesmo raciocínio, muitas denúncias oferecidas em 2018, podem ter seu recebimento ou rejeição no ano de 2018.

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITÓRIAS DA JUSTIÇA MILITAR

Fase Processual

FASE PROCESSUAL		1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Denúncias recebidas	248	95	64	89
Audiências				
Audiências realizadas	1.160	249	292	619
Cartas Precatórias				
Expedidas	207	68	59	80
Aplicação da Lei 9.099 durante o ano de 2018				
Processos Suspensos	44	15	14	15
Número de beneficiados	48	15	15	18
Julgamentos				
Processos Julgados (ações penais julgadas pelo juiz singular e p	380	144	96	140
Número de acusados julgados	372	154	95	123
Número de ações penais prescritas	22	11	3	8
Sentenças em processos de conhecimento (conforme o Glossário Justiça em Números do CNJ)				
Sentenças em processos de conhecimento (conforme o Glossário Justiça em Números do CNJ)	621	210	161	250
Processos de conhecimento baixados (conforme JN)	549	207	157	185

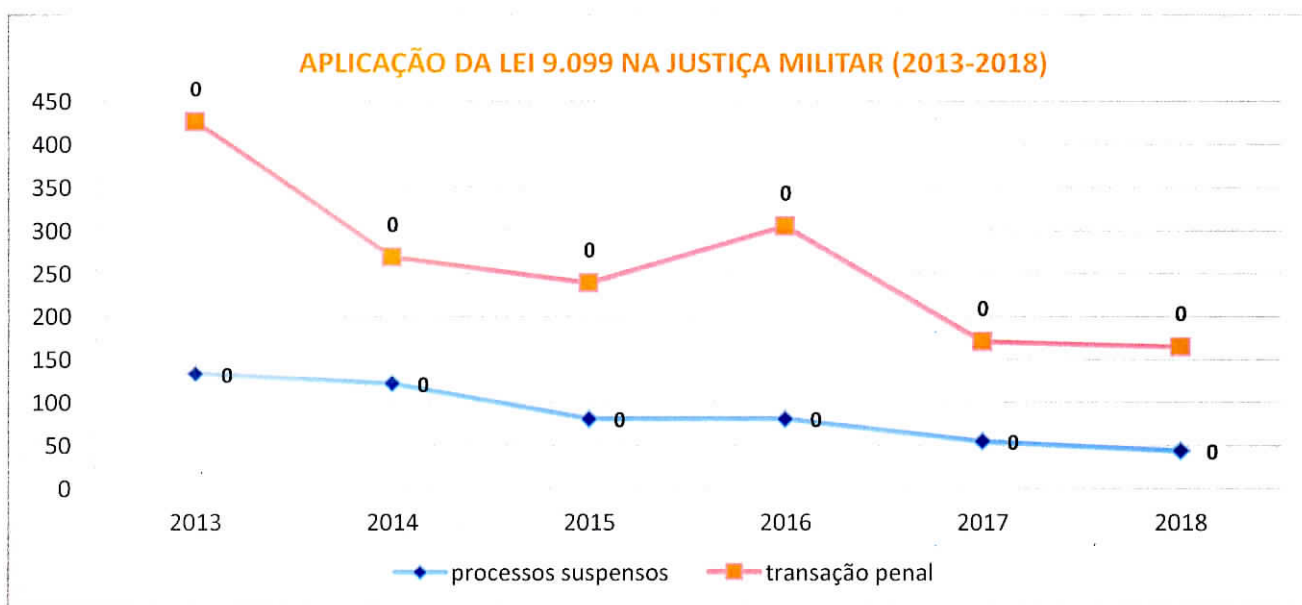
Fonte: Singep

* De acordo com o Glossário Justiça em Números do CNJ, consideram-se **1. baixados**: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, vinculados a tribunais diferentes, b) remetidos para as instâncias superiores, c) arquivados definitivamente e d) em que houve decisão que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução; **2. sentenças**: as sentenças criminais proferidas na fase de conhecimento no 1º Grau no período-base. Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas.

APLICAÇÃO DA LEI Nº 9.099/95 EM 2018

APLICAÇÃO DA LEI 9.099 DURANTE O ANO DE 2018		Total	1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Número de processos suspensos em 2018		44	15	14	15
Número de transações penais homologadas		164	34	47	83
<i>Total de feitos c/ aplicação da Lei 9.099/95</i>		208	49	61	98
Número de beneficiados pela suspensão em 2018		48	15	15	18
Número de beneficiados pela Transação penal		210	51	58	101
<i>Total de beneficiados c/ aplicação da Lei 9.099/95</i>		258	66	73	119

FEITOS EM TRAMITAÇÃO NAS SECRETARIAS DAS AUDITÓRIAS AO FINAL DE 2018		Total	1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Número de processos suspensos em tramitação ao final de 2018		126	51	36	39
Número de feitos com transação penal em tramitação ao final de 2018		151	61	32	58

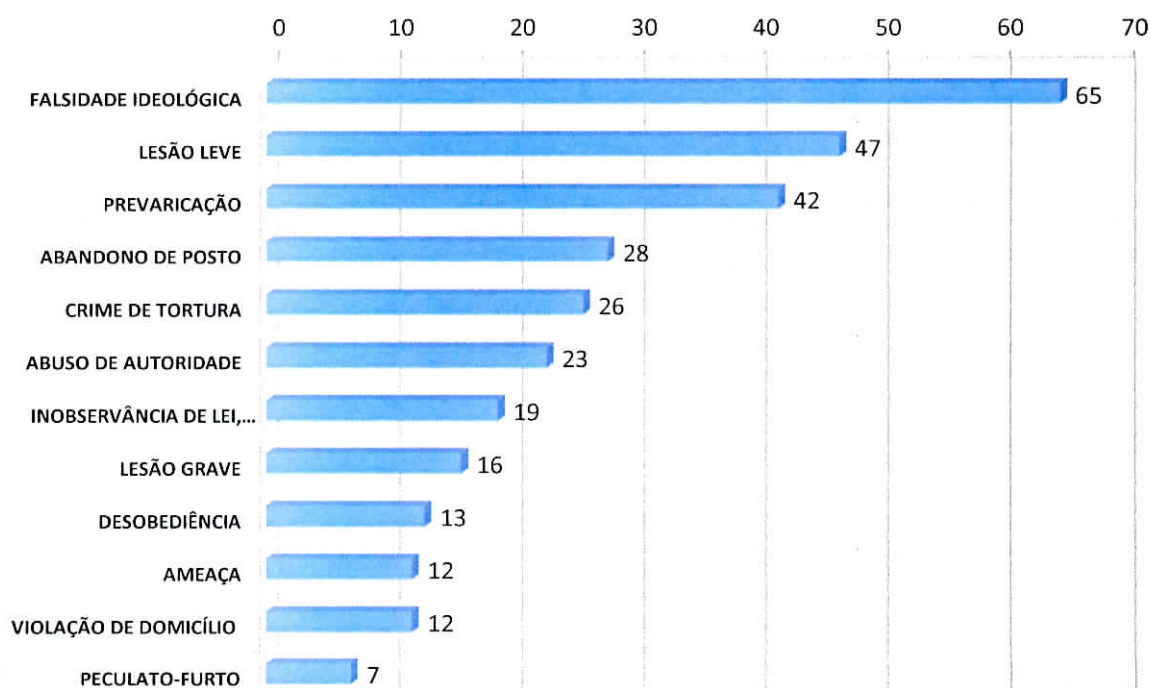


MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

Assuntos das denúncias ,em ordem decrescente de Incidência

ASSUNTOS:	Total de assuntos nas denúncias recebidas	Total p/ assunto	% em relação ao total de assuntos nas denúncias
FALSIDADE IDEOLÓGICA	565	65	11,50
LESÃO LEVE		47	8,32
PREVARICAÇÃO		42	7,43
ABANDONO DE POSTO		28	4,96
CRIME DE TORTURA		26	4,60
ABUSO DE AUTORIDADE		23	4,07
INOBSERVÂNCIA DE LEI, REG. OU INSTR.		19	3,36
LESÃO GRAVE		16	2,83
DESOBEDIÊNCIA		13	2,30
AMEAÇA		12	2,12
VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO		12	2,12
PECULATO-FURTO		7	1,24
TOTAL			310

Incidência de assuntos nas denúncias oferecidas em 2018



Fonte: Singep

Obs.: Cada denúncia pode conter mais de assunto

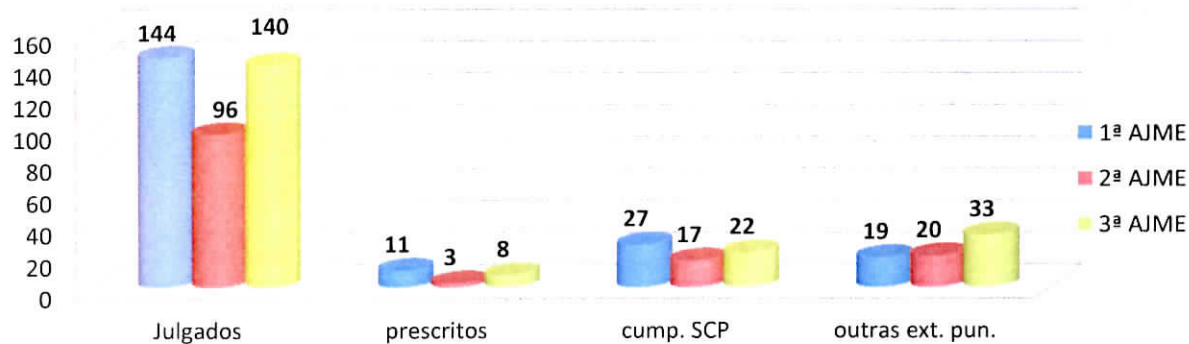
MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

Feitos criminais solucionados durante o ano de 2018

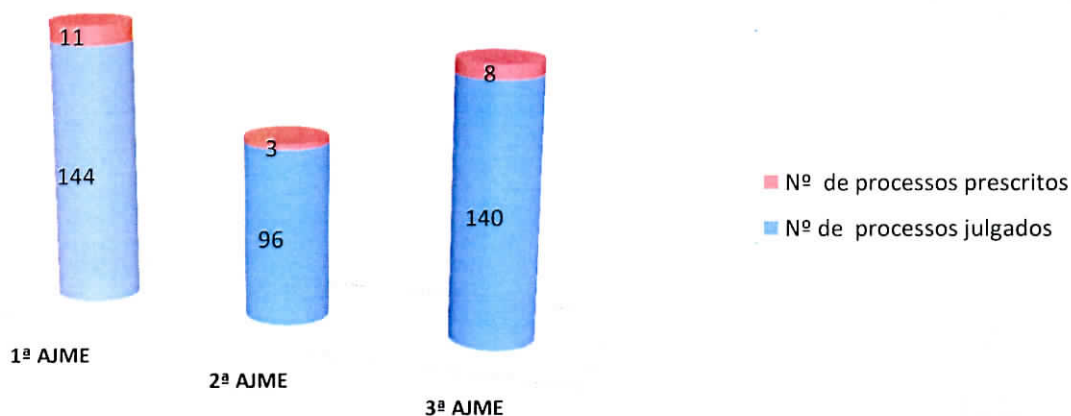
Nº de julgamentos/decisões finais (Ação penal, Deserção, Medidas garantidoras, preparatórias, cautelares, Processos incidentes)	380
Nº de processos prescritos	22
Nº extinção da punibilidade pelo cumprimento da Suspensão Condicional do Processo	66
Ext. do processo sem resolução do mérito	37
Nº de outras ext. da punib. (art. 123 CPM)	72
total	577

1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
144	96	140
11	3	8
27	17	22
12	3	22
19	20	33
213	139	225

PROCESSOS SOLUCIONADOS AO FINAL DE 2018



JULGADOS X PRESCRITOS



Fonte: Pesquisa avançada SINGEP e relatório do e-Proc da GTI

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

TEMPO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS CRIMINAIS JULGADOS EM 2018

DURAÇÃO DO PROCESSO*	Quantidade de		1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
	processos	%			
ATÉ 1 ANO	56	38,89	14	22	20
Entre 1 e 2 ANOS	54	37,50	27	4	23
Entre 2 e 3 ANOS	21	14,58	12	0	9
Entre 3 e 4 ANOS	7	4,86	4	1	2
Entre 4 e 5 ANOS	6	4,17	5	1	0
total	144	100,00	62	28	54

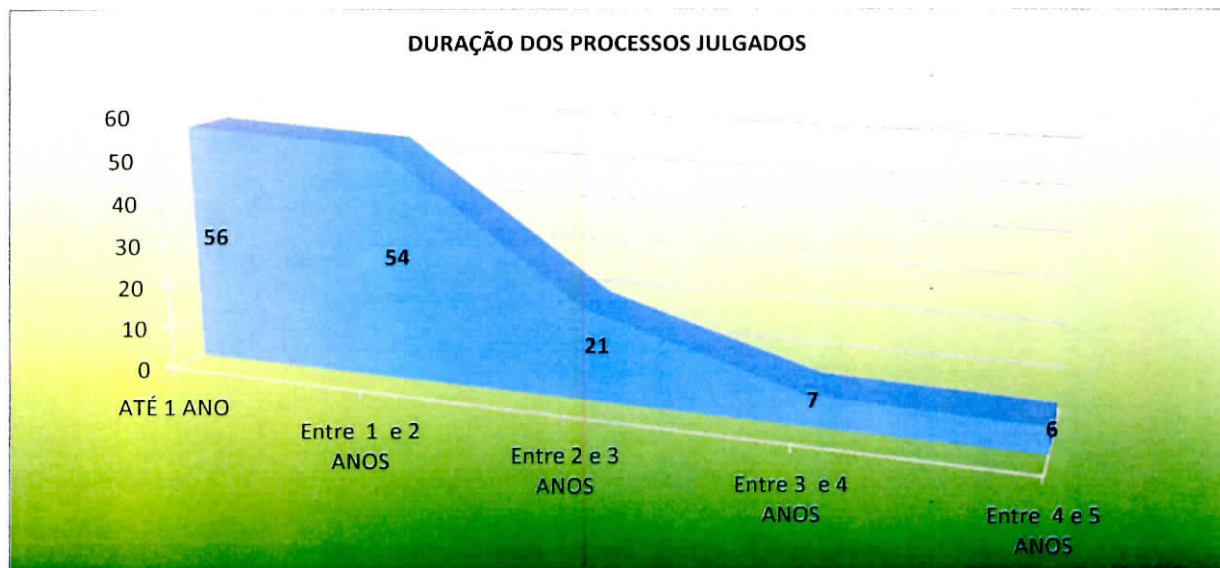
* O tempo de duração do processo é computado entre a data do recebimento da denúncia até a data da sessão de julgamento na respectiva auditoria, e foram considerados apenas as ações penais e os processos de deserção julgados pelos conselhos de justiça

* O tempo médio de duração do processo na Primeira Instância da Justiça Militar, em 2018, foi de 516 dias, ou seja, 01 ano e 05 meses.

* O tempo médio de duração do processo na 1ª Auditoria foi de 658 dias, ou seja, 01 ano, 09 meses e 28 dias

* O tempo médio de duração do processo na 2ª Auditoria foi de 304 dias, ou seja, 10 meses e 04 dias

* O tempo médio de duração do processo na 3ª Auditoria foi de 463 dias, ou seja, 01 ano, 03 meses e 13 dias



Fonte: Pesquisa avançada SINGEP e relatório do e-Proc da GTI

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

ANO-BASE 2018

PROCESSOS CÍVEIS					
Processo Judicial Eletrônico - PJE					
Classes das ações distribuídas					
Casos novos de conhecimento	Procedimento ordinário/ sumário	194	1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
	Mandado de Segurança	16	64	65	65
	Impugnação ao valor da causa	0	4	7	5
	Execução contra a Fazenda Pública	0	0	0	0
	Embargos à Execução	0	0	0	0
	Total de processos eletrônicos	210	68	72	70
Processos arquivados					
	153	79	74	82	
Incompetência da Justiça Militar e cancelamento de distribuição		23	10	3	10
JULGAMENTOS em processos de conhecimento (físicos e PJE)					
	21	5	7	9	
Sentença sem resolução de mérito	211	58	53	100	
Sentença com resolução de mérito	232	63	60	109	
MOVIMENTO PROCESSUAL AO FINAL DO ANO DE 2018					
	184	70	47	67	
Processos de conhecimento em tramitação na 1ª Inst. (físicos e PJE)		6	4	1	1
Processos em fase de cumprimento de sentença/execução		190	74	48	68
Total de processos cíveis					

Fonte: Pesquisa avançada SINGEP e relatório PJE da GI

Obs: Em 2018, não houve distribuição de processos cíveis físicos

HISTÓRICO DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

Período de 2014 a 2018

A- MATÉRIA CRIMINAL

FASE PRÉ-PROCESSUAL (INVESTIGATÓRIA)	2018	2017	2016	2015	2014
IPMs e outras peças de informação distribuídos no ano-base	2.759	1.791	2.003	1.692	2.078
IPMs e outras peças de informação arquivados	2.103	1.114	1.394	1.060	1.312
Remetidos a outro juízo (Incompetência da Justiça Militar)	194	422	345	391	395
Denúncias oferecidas	246	277	220	277	367
Transação Penal (Lei 9.099) no respectivo ano-base	248	170	304	238	268
Total de IPMs e outras peças de informação em tramitação no último dia do respectivo ano-base	1.498	889	882	821	973
FASE PROCESSUAL (de conhecimento)	2018	2017	2016	2015	2014
Processos Arquivados no ano-base	554	295	303	377	383
Denúncias Recebidas	248	270	226	279	352
Suspensos (Lei 9.099) no respectivo ano-base	44	55	67	81	122
Julgamentos	446	413	408	344	379
Prescrições (processos)	23	7	3	5	11
MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NO ANO-BASE	2018	2017	2016	2015	2014
Tramitação de feitos ao final do respectivo ano-base	2.250	1.467	1.503	1.589	1842
Execução ao final do respectivo ano-base	117	98	28	84	76
Processos suspensos ao final do respectivo ano-base	126	146	178	217	266
Feitos com transação penal ao final do respectivo ano-base	151	135	163	165	184

B - MATÉRIA CÍVEL

PROCESSOS CÍVEIS	2018	2017	2016	2015	2014
Total de ações distribuídas no respectivo ano-base	210	206	261	395	620
Processos arquivados	153	138	185	639	364
Remetidos a outro juízo (Incompetência da Justiça Militar)	12	19	5	11	85
JULGAMENTOS	2018	2017	2016	2015	2014
Processos Julgados	232	185	207	377	338
Sentença sem resolução de mérito	21	23	52	41	44
Sentença com resolução de mérito	211	162	155	336	294
	2018	2017	2016	2015	2014
Processos cíveis em tramitação no final do ano-base	190	231	217	246	634

Fonte: Pesquisa avançada SINGEP e relatório do e-Proc e PJ-e da GTI